



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3754

Presidente da Mesa Diretora: João Hamilton Silveira

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Créditos (especiais, suplementos, prêmios, adicionais e firma convênio)

Autoria: Executivo Municipal

Data: 30/06/1994

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 49/94. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no orçamento vigente, para atender ao projeto de conclusão da construção do almoxarifado da Secretária de Saúde e dá outras providências. (Referente à Lei nº 2.218, de 05/08/1994).

Controle Interno – Caixa: 05

Posição: 19

Número de folhas: 10

espec: 12
Categoria: crédito
Cx: 05
ordem: 19
nº fls: 08



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

49/94

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Autoriza a abertura de crédito especial no
orçamento para atender projeto conclusão da
construção do Almoxarifado da Secretaria da
Saúde.

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 30.06.94
- 2 Aprovado em regime de urgência em 26.07.94
- 3 À sanção em 26.07.94
- 4 Arquive-se
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____

Caixa



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211

- 39.401.002 -

Montes Claros - MG



PROJETO DE LEI Nº _____

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no orçamento vigente no valor de Cr\$-95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de cruzeiros reais), na Secretaria Municipal de Saúde, para atender projeto/conclusão da construção do Almojarifado da Secretaria de Saúde, através da dotação nº 10.03-13.75.48.1068-4110.

Art. 2º - Como recurso à abertura do crédito mencionado no artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a anular parcialmente a dotação orçamentária nº 05.03.-13.76.448.1006-4110 do Orçamento corrente, no valor de Cr\$-95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de cruzeiros reais).

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir o referido projeto no Anexo I da Lei nº 2159, de 30 de novembro de 1993 - Plano Plurianual 94/97.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Montes Claros, 30 de junho de 1994.

Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação
Política
EM 30 DE junho DE 1994

PRESIDENTE

Elegante e confiante
Edson
Edson

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR

EM 26 DE junho DE 1994

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
EM 16 DE junho DE 1994

PRESIDENTE



Prefeito Municipal

SPC/DCO
CONVÊNIO N.º
1527/93

PUBLICADO
NO M.G. DE 08/07/93
PAG. 22

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O EMG/SES/SUS/MG E A
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS.
OBJETO-Transferência de recursos financeiros ao Município
visando a continuidade das obras de construção do almoxa-
rifado local.
VALOR-Cr\$ 5.500.000.000,00(cinco bilhões e quinhentos mi-
lhões de cruzeiros)
DOTAÇÃO-1321.13754282.219.4323-43-MS/Projeto Nordeste.
VIGÊNCIA- 01(um) ano a partir da data de sua assinatura
ASSINATURA-07/07/93.
SIGNATÁRIOS- JOSE SARAIVA FELIPE
Secretário de Estado da Saúde e
Gestor do SUS/MG.
LUIZ TADEU LEITE
Prefeito Municipal de Montes Claros.

1527 3

CONVENIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, ATRAVES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE, ORGAO GESTOR DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS/MG, A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS.

O Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde - Órgão Gestor do Sistema Único de Saúde-SUS/MG, denominada simplesmente SES/SUS-MG, CIC no 18.715.516/0001-30, neste ato representada pelo Secretário de Estado da Saúde e Gestor do SUS/MG, Doutor JOSE SARAIVA FELIPE, CIC no 270.189.386-00, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e a Prefeitura Municipal de MONTES CLAROS, CIC no _____, aqui denominada simplesmente MUNICIPIO, neste ato representada pelo seu Prefeito, Senhor LLIZ TADEU LEITE, CIC no _____, resolvem celebrar o presente convenio mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convenio tem por objeto a transferencia de recursos financeiros ao municipio, visando a continuidade das obras de construçao do almoxarifado local

CLAUSULA SEGUNDA - DAS NORMAS DE EXECUCAO

As obras e serviços serão executados sob a administração direta ou por quem o Municipio vier a contratar, sob a sua responsabilidade, de acordo com os projetos, especificações, orçamentos, cronogramas e normas técnicas devidamente aprovados pelas partes convenientes.

CLAUSULA TERCEIRA - DO ORCAMENTO E TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para a execução deste convenio são no montante de Cr\$ 5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), consignados na lotação orçamentaria: 1321.13754282.219.4323 43, Fonte: MS/Projeto Nordeste, sendo que 20% (vinte por cento) deste valor, ou seja Cr\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de cruzeiros), primeira parcela, serão repassados no ato da assinatura.

O restante do repasse será efetuado através de Termo Aditivo, de acordo com o cronograma de execução, disponibilidade financeira e correção conforme normas da fonte financiadora.

S. *Ce*

CLAUSULA QUARTA - DO PRAZO

O prazo para a execucao dos servicos e obras ora ajustadas e de 365 dias.

CLAUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGACOES

1- DA SES/SUS-MG:

1.1- repassar ao municipio o numero conforme discriminado na Clausula Terceira deste convenio,

1.2- receber, conferir e aprovar as prestações de contas apresentadas pelo municipio;

1.3- promover a publicacao deste convenio e quaisquer atos dele decorrente, no Diario Oficial do Estado de "Minas Gerais";

1.4- repassar ao municipio 20% do valor global da obra, no ato da assinatura deste instrumento,

1.5- repassar ao municipio toda uma das parcelas restantes somente apos a apresentacao da medicao mensal efetuada pelo mesmo,

1.6- orientar e transmitir ao municipio todas as diretrizes e aspectos legais referentes ao cumprimento do Acordo de Empréstimo BIRD-no 2699 e convenio SES/SEE no 061/87,

1.7- repassar ao municipio, por ocasio da assinatura deste convenio, os projetos aprovados pelo Ministerio da Saude, especificacoes, orcamentos, cronogramas e normas tecnicas;

1.8- responsabilizar-se para que o Estado e o Municipio cumpram com todos os requisitos de normas, diretrizes, procedimentos e aspectos tecnicos financeiros e legais do Acordo de Empréstimo e convenios mencionados em 1.6, sujeitando-se as mesmas sancões e penalidades contidas nestes instrumentos;

1.9- enviar a gerencia do Projeto Nordeste-CGPE/MS, em Brasilia, as informacoes sobre o avanco fisico-Financeiro das metas do Projeto ora conveniadas, através dos respectivos instrumentos formais, devidamente detalhados para cada uma das metas e nao pelo valor agregado deste convenio;

1.10- fiscalizar, acompanhar e receber as obras, através de fiscal credenciado, tendo como referencia os projetos, especificações e cronogramas aprovados;

1.11- realizar vistoria mensal durante a execucao das obras, objeto do presente convenio



2- O MUNICIPIO

2.1- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na finalidade prevista na Clausula Primeira deste convenio;

2.2- prestar contas a SES/SUS-MG do numerario recebido, nos termos da legislacao especifica vigente e demais normas emanadas do Acordo de Empréstimo BIRD no. 2699 que faz parte integrante deste convenio, como se nele transcrito fosse;

2.3- promover a(s) licitacao(oes), quando o procedimento nao for por administracao direta, para executar as obras de acordo com as leis vigentes e normas do orgao financiador, bem como do Acordo de Empréstimo no. 2699-ER BIRD, assinado entre a Uniao e o Banco Mundial;

2.4- arcar com os custos de mao-de-obra quando o procedimento de execucao for efetuado por administracao direta;

2.5- responsabilizar-se pela execucao da obra de acordo com os projetos, especificacoes, cronogramas, e normas tecnicas fornecidas pela SES/SUS-MG, no prazo estabelecido na Clausula Quarta deste convenio;

2.6- facilitar a fiscalizacao pela SES/SUS-MG, pelo Ministerio da Saude e pelo Orgao Financiador, cumprindo e fazendo cumprir as instrucoes e ordens transmitidas por seus projetos credenciados;

2.7- responsabilizar-se pela qualidade tecnica e estabilidade da obra e servicos ora delegados;

2.8- responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciarios que incidem ou venham a incidir sobre o objeto deste convenio, inclusive por sua regularizacao junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA no Estado;

2.9- responsabilizar-se pela idoneidade tecnica e financeira dos construtores a quem delegar atribuicoes pertinentes a execucao dos servicos e obra(s) ora ajustados, exigindo adicionalmente, dos mesmos, declaracao de responsabilidade tecnica pelas fundacoes;





2.10- afixar placas identificadoras da obra, de acordo com modelo aprovado pela Assessoria de Comunicacao do Governo do Estado;

2.11- promover a averbacao da construcao no Cartorio de Imoveis da Comarca, encaminhando-a a fiscalizacao da SES/SUS-MG;

2.12- depositar o numerario recebido em conta especial com adendo convenio SES/SUS-MG/MUNICIPIO/FNE;

CLAUSULA SEXTA - DA VIGENCIA

O presente convenio vigorara por 01 (um) ano, a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA SETIMA - DA RESCISAO

Este convenio podera ser rescindido por comum acordo entre as partes, por inadimplencia de qualquer delas, ou pela superveniencia de motivos que o torne material ou formalmente inexecuvel.

PARAGRAFO PRIMEIRO


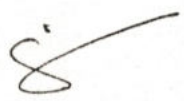
Em caso de rescisao o Municipio prestara contas a SES/SUS-MG, devolvendo-lhe o saldo remanescente atraves de expediente devidamente informado, corrigido monetariamente conforme indices oficiais e fonte financiadora.

PARAGRAFO SEGUNDO

Em caso de rescisao por inadimplencia do Municipio, este se obriga a devolver o valor correspondente ao montante recebido para execucao da obra, corrigido de acordo com os indices legais vigentes e fonte financiadora na data de sua devolucao efetiva.

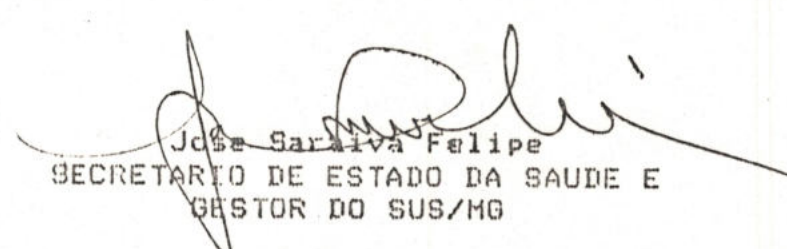
CLAUSULA OITAVA - DO FORO

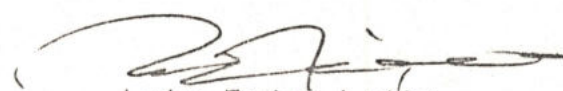
Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer duvidas suscitadas na execucao deste convenio.



E, para constar, firmou-se este instrumento em 03 (tres) vias de igual teor e forma, e, depois de lido e achado conforme pelas partes, na presença das testemunhas abaixo, vai por elas assinado.

Belo Horizonte, 07 de julho de 1993.


José Saraiva Felipe
SECRETARIO DE ESTADO DA SAUDE E
GESTOR DO SUS/MG


Luiz Tadeu Leite
PREFEITO MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

TESTEMUNHAS:

1a)  *governador, tesfeira*

2a)  *Luiz*



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

EM, 30 DE junho

DE 19 94

OF. Nº : 084/CJ/94

ASSUNTO : Encaminha Projeto de Lei

SERVIÇO : Consultoria Jurídica

Exmº Senhor Presidente,

Estamos submetendo ao exame dessa egrégia Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, que tem por finalidade a abertura de crédito especial ao Orçamento vigente, anulando-se, parcialmente, dotação do mesmo Orçamento para que o Município de Montes Claros possa complementar a sua participação de acordo com o Convênio celebrado com o Estado de Minas Gerais objetivando a construção do Almo^xarifado local da Saúde.

Tendo o Município se compromissado através do Convênio, com a execução da construção do mencionado Almo^xarifado, e, considerando que os recursos transferidos pelo Estado não foram suficientes para a conclusão da referida obra, estamos solicitando a V. Exa. e aos seus ilustres pares, a aprovação desse Projeto de Lei, com o que se permitirá o término das obras em referência.

Atenciosamente,

Luiz Tadeu Leite

Prefeito Municipal

Exmº Sr.

João Hamilton Silveira

DD. Presidente da Câmara Municipal

N E S T A